

# **Relatório de Atividades 2015**

**Conselho de Gestão do Patrimônio  
Genético**

**Exercício 2015**

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Presidenta

Dilma Rousseff

**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

Ministra

Izabella Mônica Vieira Teixeira

**SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS**

Secretária

Ana Cristina Fialho de Barros

**DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO**

Diretor

Rafael de Sá Marques



# **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

Secretaria de Biodiversidade e Florestas

Departamento do Patrimônio Genético

## **RELATÓRIO DE ATIVIDADES**

**2015**

Brasília-DF

## SUMÁRIO

<b>RESUMO EXECUTIVO .....</b>	<b>8</b>
<b>1 REGULAÇÃO DO ACESSO E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS.....</b>	<b>10</b>
<b>1.1. Reuniões do CGEN.....</b>	<b>10</b>
<b>1.2. Processos autuados.....</b>	<b>10</b>
A. Secretaria Executiva do CGEN.....	10
B. Credenciadas.....	12
<b>1.3. Autorizações concedidas em 2015 .....</b>	<b>13</b>
A. CGEN.....	13
B. Credenciadas.....	15
<b>1.4. Anuência do CGEN a Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios e a Projetos de Repartição de Benefícios.....</b>	<b>16</b>
<b>1.5. Anuência do Conselho de Defesa Nacional (CDN) para acesso ao patrimônio genético em área indispensável à segurança nacional .....</b>	<b>17</b>
<b>1.6. Anuência do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) para Acesso ao Patrimônio Genético de Espécies de Endemismo Estrito ou Ameaçada de Extinção .....</b>	<b>17</b>
<b>1.7. Processos arquivados em 2015 .....</b>	<b>18</b>
A. CGEN.....	18
B. Credenciadas.....	18
<b>1.8. Sumário das Autorizações emitidas pelo CGEN e suas Credenciadas no período de 2002 a 2015 .....</b>	<b>19</b>
A. CGEN.....	19
B. Credenciadas.....	21
<b>1.9. Emissão de Normas.....</b>	<b>22</b>
<b>1.10. Sumário das atividades das Câmaras Temáticas e dos Grupos de Trabalho.....</b>	<b>23</b>
<b>2 Demais Atividades do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN – e do Departamento do Patrimônio Genético – DPG.....</b>	<b>24</b>
<b>2.1. Atendimento a Consultas .....</b>	<b>24</b>
<b>3 CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO .....</b>	<b>24</b>
<b>3.1. Oficinas de Diálogo sobre a “Lei da Biodiversidade”, Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 .....</b>	<b>24</b>
<b>3.2. Audiência Pública sobre a regulamentação da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015 .....</b>	<b>26</b>
<b>4. ORÇAMENTO.....</b>	<b>27</b>
<b>4.1. Orçamento.....</b>	<b>27</b>

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

Bioprospecção (**Bio**);

Convenção sobre a Diversidade Biológica (**CDB**);

Conselho de Defesa Nacional (**CDN**);

Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (**CGEN**);

*Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora* (**CITES**);

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (**CNPq**);

Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (**COP**);

Reunião das Partes do Protocolo de Nagoya (**COP-MOP**);

Conhecimento Tradicional Associado (**CTA**);

Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios (**CURB**);

Diário Oficial da União (**DOU**);

Departamento do Patrimônio Genético (**DPG**);

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (**IBAMA**);

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (**IPHAN**);

Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (**JBRJ**);

Ministério do Meio Ambiente (**MMA**);

Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001 (**MP**);

Patrimônio Genético (**PG**),

Repartição de Benefícios (**RB**);

Secretaria Executiva do CGen (**SECEX/CGEN**)

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1.</b> SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO E/OU AO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO AUTUADAS EM 2015 PELA SECEX/CGEN, PELO CNPQ, PELO IBAMA E PELO IPHAN. ....	12
<b>FIGURA 2.</b> AUTORIZAÇÕES DE ACESSO AO PG E/OU AO CTA EMITIDAS DIRETAMENTE PELO CGEN EM 2015 E CREDENCIAMENTOS DE INSTITUIÇÃO COMO FIEL DEPOSITÁRIA DE AMOSTRA DE COMPONENTE DO PATRIMÔNIO GENÉTICO. PG: PATRIMÔNIO GENÉTICO; CTA: CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO; FIEL DEPOSITÁRIA: INSTITUIÇÃO CREDENCIADA COMO FIEL DEPOSITÁRIA DE AMOSTRA DE COMPONENTE DO PATRIMÔNIO GENÉTICO; PC: PESQUISA CIENTÍFICA; BIO: BIOPROSPECÇÃO; DT: DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO; COLEÇÃO <i>EX SITU</i> : COLEÇÃO <i>EX SITU</i> QUE VISA ATIVIDADES COM POTENCIAL DE USO ECONÔMICO. ....	14
<b>FIGURA 3.</b> GRUPOS TAXONÔMICOS DAS COLEÇÕES DE INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS COMO FIÉIS DEPOSITÁRIAS DE AMOSTRAS DE COMPONENTE DO PATRIMÔNIO GENÉTICO EM 2015. ....	15
<b>FIGURA 4.</b> AUTORIZAÇÕES DE ACESSO AO PG E/OU AO CTA EMITIDAS PELO CGEN E PELAS INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS, E CREDENCIAMENTOS DE INSTITUIÇÕES COMO FIÉIS DEPOSITÁRIAS DE AMOSTRAS DE COMPONENTE DO PATRIMÔNIO GENÉTICO POR INTERMÉDIO DA SECEX/CGEN NO ANO DE 2015. ....	16
<b>FIGURA 5.</b> INSTRUMENTOS DE RB ANUÍDOS PELO CGEN NOS ANOS DE 2004 A 2015. RB: REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS .....	17
<b>FIGURA 6.</b> AUTORIZAÇÕES DE ACESSO AO PG E/OU AO CTA EMITIDAS DIRETAMENTE PELO CGEN EM 2015. PG: PATRIMÔNIO GENÉTICO; CTA: CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO; DT: DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO; BIO: BIOPROSPECÇÃO. ....	21
<b>FIGURA 7.</b> AUTORIZAÇÕES DE ACESSO AO PG E/OU AO CTA EMITIDAS PELO CGEN E PELAS INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS ATÉ 2015. ....	22

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1.</b> SOLICITAÇÕES DE AUTORIZAÇÃO DE ACESSO E REMESSA DE AMOSTRA DE COMPONENTE DO PG E/OU ACESSO AO CTA; E SOLICITAÇÕES DE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÃO PÚBLICA NACIONAL PARA SER FIEL DEPOSITÁRIA DE AMOSTRA DE COMPONENTE DO PATRIMÔNIO GENÉTICO AUTUADAS PELA SECEX/CGEN EM 2015. ....	11
<b>TABELA 2.</b> AUTORIZAÇÕES DE ACESSO E/OU REMESSA DE AMOSTRA DE COMPONENTE DO PG E/OU ACESSO A CTA; E CREDENCIAMENTOS DE INSTITUIÇÃO PÚBLICA NACIONAL PARA SER FIEL DEPOSITÁRIA DE AMOSTRA DE COMPONENTE DO PATRIMÔNIO GENÉTICO EMITIDOS DIRETAMENTE PELO CGEN OU SECEX/CGEN*, CONFORME O CASO, EM 2015**. ....	13
<b>TABELA 3.</b> NÚMERO DE PROCESSOS ARQUIVADOS EM 2015 PELO CGEN DE ACORDO COM A MOTIVAÇÃO. ....	18
<b>TABELA 4.</b> NÚMERO DE PROCESSOS ARQUIVADOS EM 2015 PELAS INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS PELO CGEN .....	19
<b>TABELA 5.</b> AUTORIZAÇÕES DE ACESSO E/OU REMESSA DE AMOSTRA DE COMPONENTE DO PG E/OU ACESSO A CTA EMITIDOS PELO CGEN; E CREDENCIAMENTOS DE INSTITUIÇÃO PÚBLICA NACIONAL PARA SER FIEL DEPOSITÁRIA DE AMOSTRA DE COMPONENTE DO PATRIMÔNIO GENÉTICO EMITIDOS PELO CGEN OU SECEX/CGEN*, CONFORME O CASO, NO PERÍODO DE 2002 A 2015**. ....	20
<b>TABELA 6.</b> CALENDÁRIO E CONTEÚDO DAS OFICINAS REGIONAIS E NACIONAL SOBRE A LEI DA BIODIVERSIDADE – LEI Nº 13.123/2015 REALIZADAS PELO DPG. ....	25

## RESUMO EXECUTIVO

---

O presente documento tem como objetivo informar sobre as atividades realizadas pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), bem como pelas instituições por ele credenciadas para autorizar atividades de acesso à amostra de componente do patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Desta forma, pretende-se levar ao conhecimento de toda a sociedade brasileira, incluindo povos e comunidades tradicionais, empresas, instituições de pesquisa, e agentes públicos, os trabalhos realizados pelo CGEN no ano de 2015, bem como um sumário do desempenho em todo o período de sua atuação.

No Capítulo 1, são mostradas as atividades relacionadas diretamente ao acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado. Destaca-se, na Seção 1.2, que em 2015 foram autuadas 695 solicitações de autorização de acesso à amostra de componente do patrimônio genético (PG) e/ou ao conhecimento tradicional associado (CTA) pela Secretaria Executiva do CGEN (SECEX/CGEN) e pelas instituições credenciadas pelo CGEN (IBAMA, CNPq e IPHAN).

A Seção 1.3 mostra que o CGEN e as instituições por ele credenciadas emitiram 339 autorizações de acesso ao PG e/ou ao CTA, excluindo-se deste número as inclusões de projeto em portfólio de autorizações especiais anteriormente concedidas, correspondentes à 150 no período.

É possível observar na Seção 1.4 que o CGEN anuiu 159 instrumentos de repartição de benefícios em 2015, incluindo aditivos a instrumentos já anuídos anteriormente, totalizando 295 entre 2004 e 2015. Destaca-se que o número de instrumentos de repartição de benefícios anuídos pelo CGEN em 2015 superou o total de anuências acumuladas no período de 2004 a 2014.

A Seção 1.8 mostra que 337 processos foram arquivados e deixaram de tramitar na SECEX/CGEN e nas instituições credenciadas.

Por fim, a Seção 1.9 mostra que o CGEN e as instituições credenciadas emitiram um total de 2.052 autorizações de acesso ao patrimônio genético e/ou ao conhecimento tradicional associado, desde a instauração do CGEN até 16 de novembro de 2015. Destaca-se que o passivo de solicitações pendentes de deliberação do CGEN (“backlog”) foi reduzido em 98% durante o ano de 2015, uma



vez que, destes 356 processos, apenas 8 não puderam ser apreciados pelo CGen previamente a entrada em vigor da Lei nº 13.123, de 2015.

O Capítulo 2 retrata as atividades de apoio ao CGEN conduzidas pelo Departamento do Patrimônio Genético. A Seção 2.1 destaca o atendimento a consultas via correspondência eletrônica para esclarecimentos de dúvidas a respeito da legislação de acesso e repartição de benefícios como um todo.

O Capítulo 3 indica as ações de Capacitação e Treinamento conduzidas pelo Departamento do Patrimônio Genético (DPG), especialmente aquelas relativas à regulamentação da nova Lei da Biodiversidade - Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, e as ações direcionadas a representante de povos indígenas e comunidade tradicionais.

Por fim, o Capítulo 4 mostra a dotação orçamentária para a ação específica de responsabilidade do DPG para o ano de 2015.

# 1 REGULAÇÃO DO ACESSO E REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS

---

## 1.1. Reuniões do CGEN

Foram organizadas e realizadas oito Reuniões Ordinárias do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) durante o ano de 2015 (120ª a 127ª Reunião). Além das reuniões ordinárias do CGEN, foi realizada a 32ª Reunião da Câmara Temática de Conhecimentos Tradicionais Associados, além de reuniões do Grupo de Trabalho sobre Recursos de Autos de Infração e do Grupo de Trabalho sobre a revisão da Resolução CGEN nº 37, de 18 de outubro de 2011.

## 1.2. Processos autuados

### A. Secretaria Executiva do CGEN

Durante o ano de 2015, foram autuados 120 processos na Secretaria Executiva do CGEN (SECEX/CGEN). Este número inclui solicitações de autorização de acesso e/ou de remessa de amostra de componente do patrimônio genético (PG) e/ou acesso a conhecimento tradicional associado (CTA) (105 processos, incluindo-se 1 (um) processo de inclusão de projeto em portfólio de autorização especial); solicitações de credenciamento de instituição pública nacional para ser fiel depositária de amostra de componente do patrimônio genético (9 processos); consulta direcionada ao CGEN (1 (um) processo); além de processos referentes à anuência de instrumentos de repartição de benefícios (5 processos), que serão tratados em tópico à parte.

A Tabela 1 mostra o quantitativo de processos autuados em 2015, incluindo as solicitações de autorização de acesso e/ou remessa, bem como as de solicitações de credenciamento de instituições como fiéis depositárias. As solicitações de acesso e/ou remessa estão categorizadas de acordo com o objeto do acesso (PG, CTA, ou ambos) e de acordo com a finalidade (pesquisa científica, bioprospecção, desenvolvimento tecnológico, ou qualquer combinação entre os três).

Adicionalmente, é explicitada a diferença entre solicitações de autorização simples e especiais. A autorização simples prevista no art. 11, inciso IV, alíneas "a" e "b" da Medida Provisória

nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001 (MP)<sup>1</sup> permite o desenvolvimento de um único projeto para cada solicitação de acesso. Por outro lado, as autorizações especiais previstas no art. 11, inciso IV, alíneas "c" e "d" da MP permitem o desenvolvimento de um portfólio de projetos. É permitida, portanto, a inclusão de novos projetos ao portfólio de projetos inicialmente autorizado. A inclusão de novos projetos no portfólio ocorre de forma mais rápida em relação ao processo de obtenção de autorização simples de acesso.

**Tabela 1.** Solicitações de autorização de acesso e remessa de amostra de componente do PG e/ou acesso ao CTA; e solicitações de credenciamento de instituição pública nacional para ser fiel depositária de amostra de componente do patrimônio genético autuadas pela SECEX/CGEN em 2015.

<b>Acesso e/ou Remessa ao PG e/ou a CTA</b>	<b>105</b>
<b>Autorização Simples de Acesso ao PG</b>	<b>100</b>
Bioprospecção	1
Desenvolvimento Tecnológico	29
Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico	70
<b>Autorização Especial de Acesso ao PG</b>	<b>4</b>
Autorização Especial para Bioprospecção	1
Autorização Especial para Coleção <i>Ex Situ</i>	2
Inclusão de projeto em portfólio de autorização especial de acesso para bioprospecção	1
<b>Autorização Simples de Acesso ao PG e ao CTA</b>	<b>1</b>
Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico	1
<b>Credenciamento de Instituições fiéis depositárias</b>	<b>9</b>
<b>Total Geral</b>	<b>114</b>

\* Os processos podem ser reclassificados ao longo da tramitação.

A grande maioria das solicitações de autorização de acesso, 104 processos (≈ 99%), tiveram como objeto o acesso ao PG; e apenas um processo (≈ 1%) de solicitação de autorização autuado em 2015 correspondeu a acesso ao PG e ao CTA.

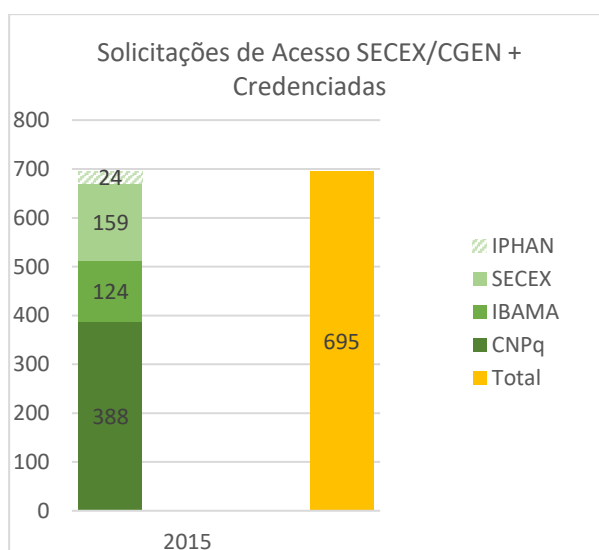
Nenhum dos processos de solicitação de autorização de acesso autuados na SECEX/CGEN tiveram como finalidade a pesquisa científica, estando todos relacionados com atividades de potencial de uso econômico (bioprospecção ou desenvolvimento tecnológico).

<sup>1</sup> A Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001. A legislação infralegal, bem como os demais atos do CGen referentes ao período de vigência da MP nº 2.186-16, de 2001 podem ser encontrados no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/bioeconomia/patrimonio-genetico/conselho-de-gestao-do-patrimonio-genetico-cgen-1/atividades-do-cgen-durante-a-vigencia-da-mp-no-2-186-16-2001/atos-e-normas-do-cgen>

## B. Credenciadas

No intuito de promover uma maior celeridade no processo de solicitação das autorizações de acesso e remessa de amostra de componente do PG e ao CTA, o CGEN credenciou o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)<sup>2,3</sup>, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)<sup>4</sup> e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)<sup>5</sup> para emitirem tipos específicos de autorizações.

Em 2015, o IBAMA autuou 124 processos de solicitação de autorização de acesso a PG para fins de pesquisa científica (Figura 1). Neste ano de 2015, o CNPq autuou 388 processos de solicitação de autorização de acesso a PG para fins de pesquisa científica, bioprospecção e/ou desenvolvimento tecnológico, enquanto o IPHAN autuou 24 processos de solicitação de autorização de acesso ao CTA para fins de pesquisa científica.



**Figura 1.** Solicitação de autorização de acesso ao patrimônio genético e/ou ao conhecimento tradicional associado autuadas em 2015 pela SECEX/CGEN, pelo CNPq, pelo IBAMA e pelo IPHAN.

O número total de solicitações de autorização de acesso autuadas em 2015 pela SECEX/CGEN e pelas instituições credenciadas foi de 695 (Figura 1).

<sup>2</sup> Deliberação CGEN nº 246, de 27 de agosto de 2009.

<sup>3</sup> Deliberação CGEN nº 268, de 9 de dezembro de 2010.

<sup>4</sup> Deliberação CGEN nº 40, de 24 de setembro de 2003.

<sup>5</sup> Deliberação CGEN nº 279, de 20 de setembro de 2011.

## 1.3. Autorizações concedidas em 2015

### A. CGEN

Durante o ano de 2015, o CGEN concedeu 188 autorizações de acesso ao PG e/ou ao CTA, e 27 credenciamentos de instituição pública nacional para ser fiel depositária de amostra de componente do patrimônio genético por meio da SECEX/CGEN. A Tabela 2 sumariza as autorizações e credenciamentos concedidos quanto ao objeto ou à finalidade do acesso.

**Tabela 2.** Autorizações de acesso e/ou remessa de amostra de componente do PG e/ou acesso a CTA; e credenciamentos de instituição pública nacional para ser fiel depositária de amostra de componente do patrimônio genético emitidos diretamente pelo CGEN ou SECEX/CGEN\*, conforme o caso, em 2015\*\*.

<b>Acesso e/ou Remessa ao PG e/ou a CTA</b>	<b>188</b>
<b>Autorização Simples de Acesso ao PG</b>	<b>149</b>
Bioprospecção	2
Desenvolvimento Tecnológico	26
Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico	119
Pesquisa Científica e Bioprospecção	1
Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico	1
<b>Autorização Especial de Acesso ao PG</b>	<b>34</b>
Coleção <i>ex situ</i> que visa atividades com potencial de uso econômico	2
Autorização Especial de acesso para bioprospecção	2
Inclusão de projeto em portfólio de autorização especial de acesso para bioprospecção	30
<b>Autorização Simples de Acesso ao CTA</b>	<b>3</b>
Pesquisa Científica	1
Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico	2
<b>Autorização Simples de Acesso ao PG e ao CTA</b>	<b>2</b>
Desenvolvimento Tecnológico	1
Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico	1
<b>Credenciamento de Instituições fiéis depositárias</b>	<b>27</b>
<b>Total Geral***</b>	<b>215</b>

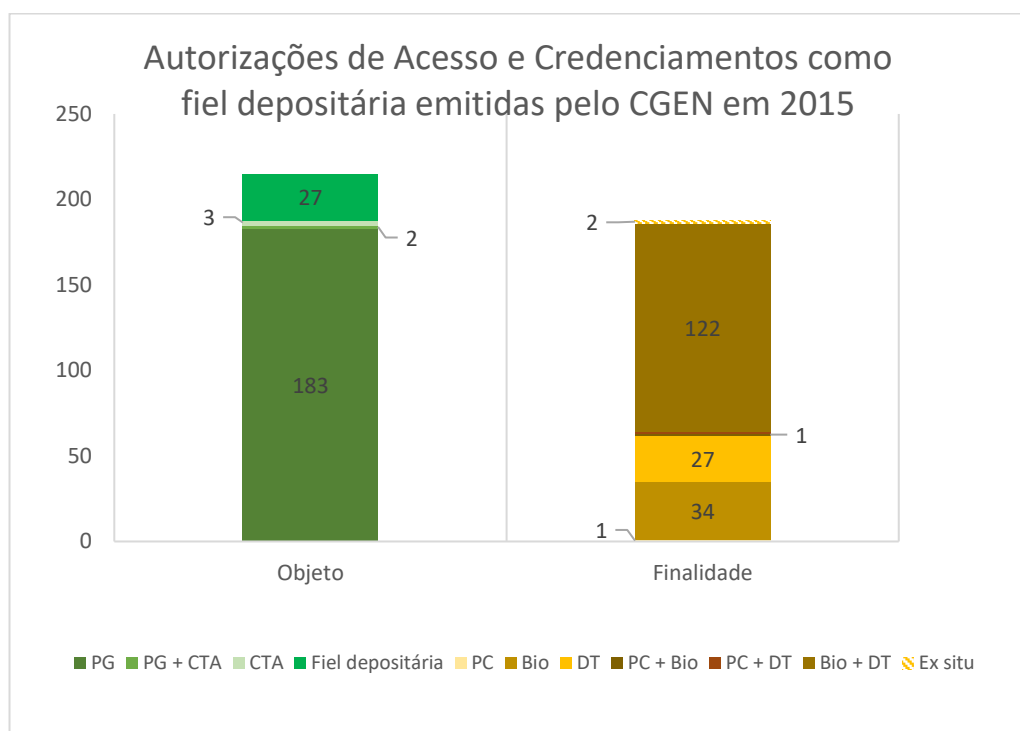
\* Os processos podem ser reclassificados ao longo da tramitação.

\*\* Conforme a Deliberação do CGEN nº 209, de 19 de julho de 2007, o CGEN delegou competências à SECEX/CGEN para realizar o credenciamento de instituições fiéis depositárias de amostras do

patrimônio genético, na forma do art. 11, inciso IV, alínea "f" da MP nº 2.186-16.

\*\*\* 29 processos corresponderam a renovações de autorização anteriormente concedidas.

A Figura 2 mostra que a grande maioria das autorizações de acesso concedidas diretamente pelo CGEN, isto é, 183 autorizações (97,34%) - incluídas neste cálculo as autorizações especiais e as inclusões de projetos em portfólio de autorização especial - tem como objeto o acesso ao PG. Apenas duas autorizações de acesso corresponderam a acesso ao PG e ao CTA (1,06%), e somente três corresponderam à acesso exclusivamente ao CTA (1,60%).



302

**Figura 2.** Autorizações de acesso ao PG e/ou ao CTA emitidas diretamente pelo CGEN em 2015 e credenciamentos de instituição como fiel depositária de amostra de componente do patrimônio genético. PG: Patrimônio Genético; CTA: Conhecimento Tradicional Associado; Fiel depositária: Instituição credenciada como fiel depositária de amostra de componente do patrimônio genético; PC: Pesquisa Científica; Bio: Bioprospecção; DT: Desenvolvimento Tecnológico; Coleção *Ex situ*: Coleção *ex situ* que visa atividades com potencial de uso econômico.

A análise da Figura 2 mostra, adicionalmente, que apenas uma das autorizações concedidas diretamente pelo CGEN tem a pesquisa científica como única finalidade (0,53%). Todos os outros 187 processos de acesso autorizados (99,47%) - incluídos neste cálculo os processos referentes às autorizações especiais e às inclusões de projetos em portfólio de autorização especial - apresentam

potencial de uso econômico (bioprospecção ou desenvolvimento tecnológico, com ou sem pesquisa científica associada).

Ressalta-se que o número de autorizações concedidas supera o número de processos autuados em 2015, uma vez que contabiliza processos autuados em anos anteriores e que ainda não haviam sido autorizados.

As 27 publicações de credenciamento de instituição como fiel depositária contemplaram 35 coleções, das quais 13 são de plantas, 12 de animais, 9 (nove) de microrganismos e 1 (uma) que inclui amostras de mais de um grupo taxonômico (plantas e microrganismos), conforme a Figura 3. Das 27 solicitações deferidas, a maioria é da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa (40,7%), seguida da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC (7,4%).

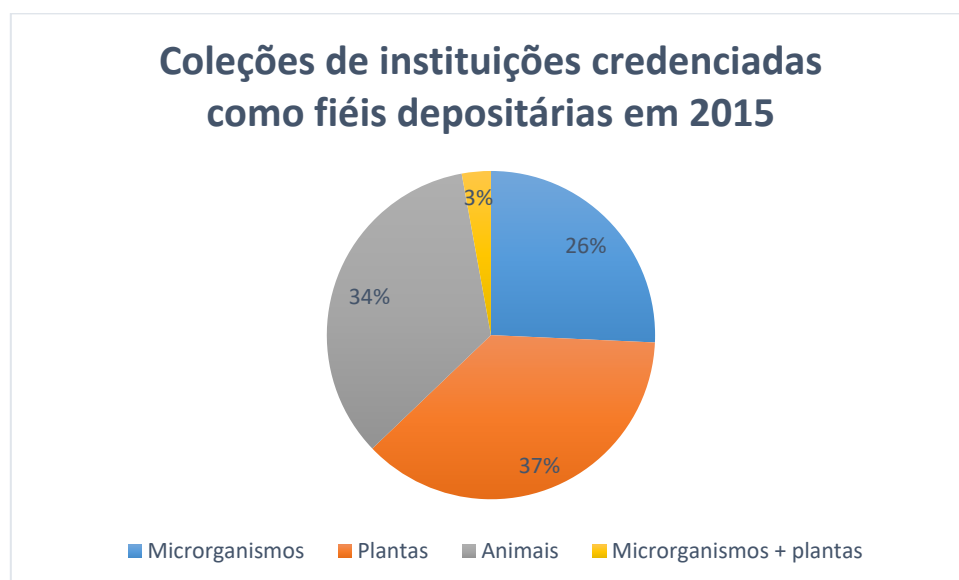
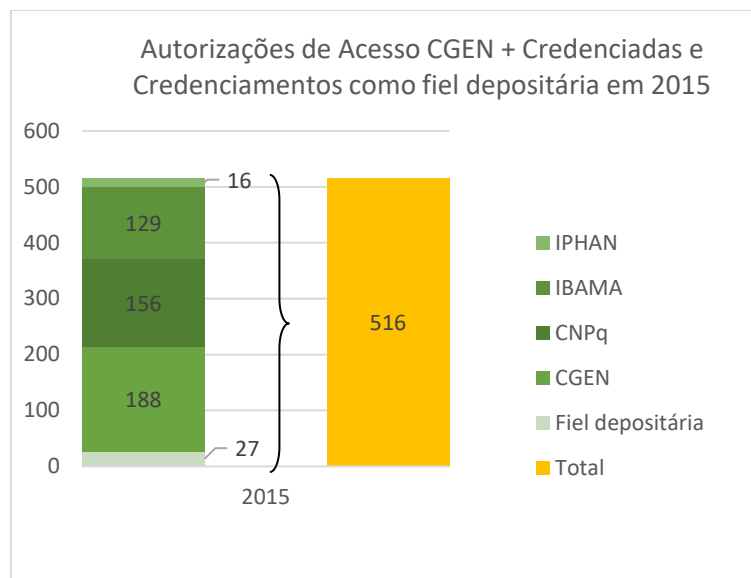


Figura 3. Grupos taxonômicos das coleções de instituições credenciadas como fiéis depositárias de amostras de componente do patrimônio genético em 2015.

## B. Credenciadas

Em 2015, o CNPq autorizou 156 processos de acesso a PG (Figura 4). No mesmo período, o IBAMA autorizou 129 processos de acesso a PG (incluídos neste cálculo os processos referentes às autorizações especiais e às inclusões de projetos em portfólio de autorização especial), enquanto o IPHAN autorizou 16 processos de solicitação de autorização de acesso a CTA (incluídas neste cálculo duas renovações de autorização).

O número total de processos de solicitação de acesso autorizados em 2015 pelo CGEN e pelas instituições credenciadas foi de 489, além de 27 solicitações de credenciamentos de instituição pública nacional para ser fiel depositária de amostra de componente do patrimônio genético deferidas pela SECEX/CGEN.



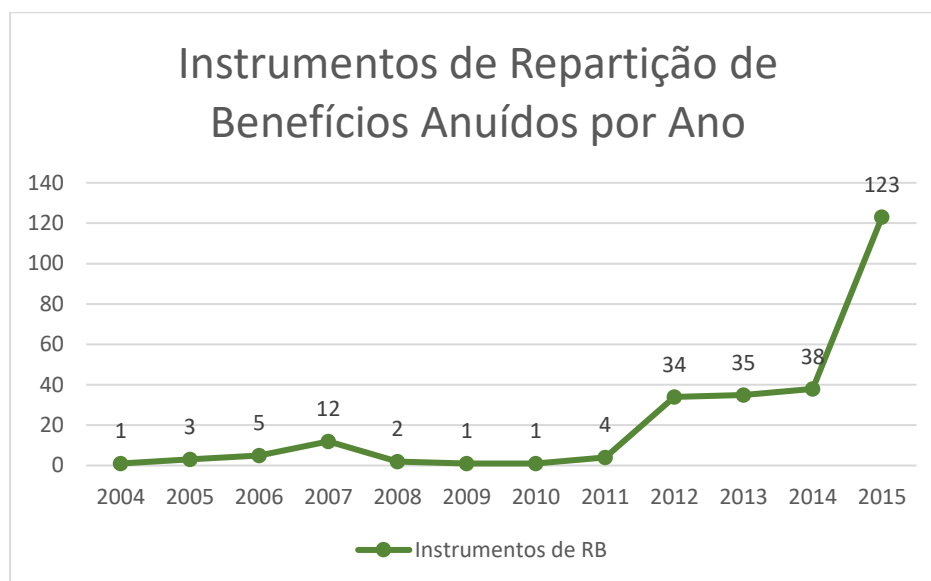
**Figura 4.** Autorizações de acesso ao PG e/ou ao CTA emitidas pelo CGEN e pelas instituições credenciadas, e credenciamentos de instituições como fiéis depositárias de amostras de componente do patrimônio genético por intermédio da SECEX/CGEN no ano de 2015.

#### 1.4. Anuência do CGEN a Contratos de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios e a Projetos de Repartição de Benefícios

O CGEN anuiu um total de 159 instrumentos de RB em 2015, divididos da seguinte forma: 95 novos CURBs e 28 Projetos de RB e 36 aditivos de instrumentos de RB anteriormente anuídos. Comparando-se ao período compreendido entre 2004 e 2014, quando foram anuídos 136 instrumentos de RBs (CURBs e Projetos de RB), nota-se grande eficiência, uma vez que, considerados os aditivos, o número de instrumentos de repartição de benefícios anuídos pelo CGEN em 2015 (159) superou o total de anuências acumuladas entre 2004 a 2014 (136). Destaca-se que entre 2004 e 2015 foram anuídos, incluídos os aditivos, um total de 295 instrumentos de RB.

A Figura 5 inclui, para efeitos de comparação, apenas os 123 novos instrumentos de RB anuídos em 2015, excluídos os 36 aditivos.





**Figura 5.** Instrumentos de RB anuados pelo CGEN nos anos de 2004 a 2015. RB: Repartição de Benefícios

### 1.5. Anuência do Conselho de Defesa Nacional (CDN) para acesso ao patrimônio genético em área indispensável à segurança nacional

Durante o ano de 2015, foram encaminhados pela SECEX/CGEN ao Conselho de Defesa Nacional (CDN), doze processos de solicitação de acesso ao PG em área indispensável à segurança nacional para obtenção da anuência prévia de que trata o inciso IV do art. 9º da MP. Deste total, sete processos obtiveram a anuência do CDN e 2 processos encontravam-se em análise até a data de 16/11/2015.

### 1.6. Anuência do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ) para Acesso ao Patrimônio Genético de Espécies de Endemismo Estrito ou Ameaçada de Extinção<sup>6</sup>

Durante o ano de 2015, o JBRJ analisou oito solicitações e concedeu dez anuências prévias de solicitações de acesso ao PG de espécies plantas de endemismo estrito ou ameaçada de extinção, de acordo com o disposto no parágrafo 8º do art. 16 da MP.

<sup>6</sup> De acordo com as atribuições especificadas no art. 13, incisos I, II, III e XII do [Decreto nº 6.645, de 2008](#).

## 1.7. Processos arquivados em 2015

### A. CGEN

Em 2015, 43 processos foram arquivados e deixaram de tramitar na SECEX/CGEN. Deste total, 17 foram arquivados por decurso de prazos estabelecidos na Resolução CGEN nº 37, de 2011; ou na Resolução CGEN nº 43, de 2015<sup>7</sup>, que substituiu a anterior; 12 por terem sido finalizados; sete por solicitação do interessado; cinco por insuficiência documental de acordo com a Resolução CGEN nº 42/2015; um para continuidade de trâmite em outro processo; e um por não se enquadrar no escopo da MP (Tabela 3).

Cumpramos ressaltar que de acordo com a Ata da 95ª Reunião Ordinária do CGEN, realizada em 21 e 22 de agosto de 2012, o Pleno do CGEN encaminhou, sem manifestações contrárias, para que a Secretaria Executiva do CGEN procedesse aos arquivamentos dos processos administrativos sem consulta prévia ao Conselho, e somente informasse o CGEN e o IBAMA sobre os arquivamentos. Dessa forma, todos os arquivamentos foram deferidos pela SECEX/CGEN, informados e ratificados pelo Plenário do CGEN.

<b>Tabela 3. Número de processos arquivados em 2015 pelo CGEN de acordo com a motivação.</b>	
Decurso de prazo	17
Finalizado	12
Solicitação da interessada	8
Insuficiência documental	5
Não se enquadra na MP	1
Total	43

### B. Credenciadas

Em 2015, 323 processos foram arquivados e deixaram de tramitar nas instituições credenciadas pelo CGEN (Tabela 4). Ressalta-se que não foi possível obter o número de processos

---

<sup>7</sup> A Resolução CGEN nº 43, de 21 de julho de 2015, bem como os demais atos do CGEN referentes ao período de vigência da MP nº 2.186-16, de 2001 podem ser encontrados no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/bioeconomia/patrimonio-genetico/conselho-de-gestao-do-patrimonio-genetico-cgen-1/atividades-do-cgen-durante-a-vigencia-da-mp-no-2-186-16-2001/atos-e-normas-do-cgen>

arquivados pelo IBAMA em 2015. Registre-se que o alto número de processos arquivados pelo CNPq (291) é resultado do processamento eletrônico das solicitações de autorização de acesso submetidas a essa Instituição, de modo que o preenchimento incorreto do formulário ou a apresentação de documentação incompleta acarretam no imediato arquivamento da solicitação, situação que ocorreu em 232 casos. Por outro lado, as solicitações de acesso submetidas com documentação incompleta na SECEX/CGEN, no IBAMA ou no IPHAN são todas autuadas e os documentos faltantes são solicitados aos requerentes por meio do envio de ofícios.

**Tabela 4.** Número de processos arquivados em 2015 pelas instituições credenciadas pelo CGEN

CNPq	291
IPHAN	32
<b>Total</b>	<b>323</b>

## 1.8. Sumário das Autorizações emitidas pelo CGEN e suas Credenciadas no período de 2002 a 2015

### A. CGEN

Durante o período compreendido entre os anos de 2002 a 2015, o CGEN concedeu, diretamente, um total de 620 autorizações, incluindo 504 autorizações de acesso ao PG e/ou ao CTA e 116 credenciamentos de instituição pública nacional para ser fiel depositária de amostra de componente do patrimônio genético. A Tabela 5 sumariza as autorizações concedidas quanto ao objeto ou à finalidade do acesso. A Figura 6 mostra que a grande maioria das autorizações de acesso concedidas (431 autorizações; 85,52%), têm como objeto o acesso ao PG. Apenas 50 autorizações de acesso corresponderam a acesso ao CTA (9,92%), e apenas 23 corresponderam a acesso ao PG e ao CTA (4,56%).

A análise da Figura 6 mostra, adicionalmente que 95 das autorizações concedidas têm a pesquisa científica como única finalidade (18,85%). Todos os outros 409 processos de acesso autorizados (81,15%) apresentam potencial de uso econômico (bioprospecção ou desenvolvimento tecnológico, com ou sem pesquisa científica).

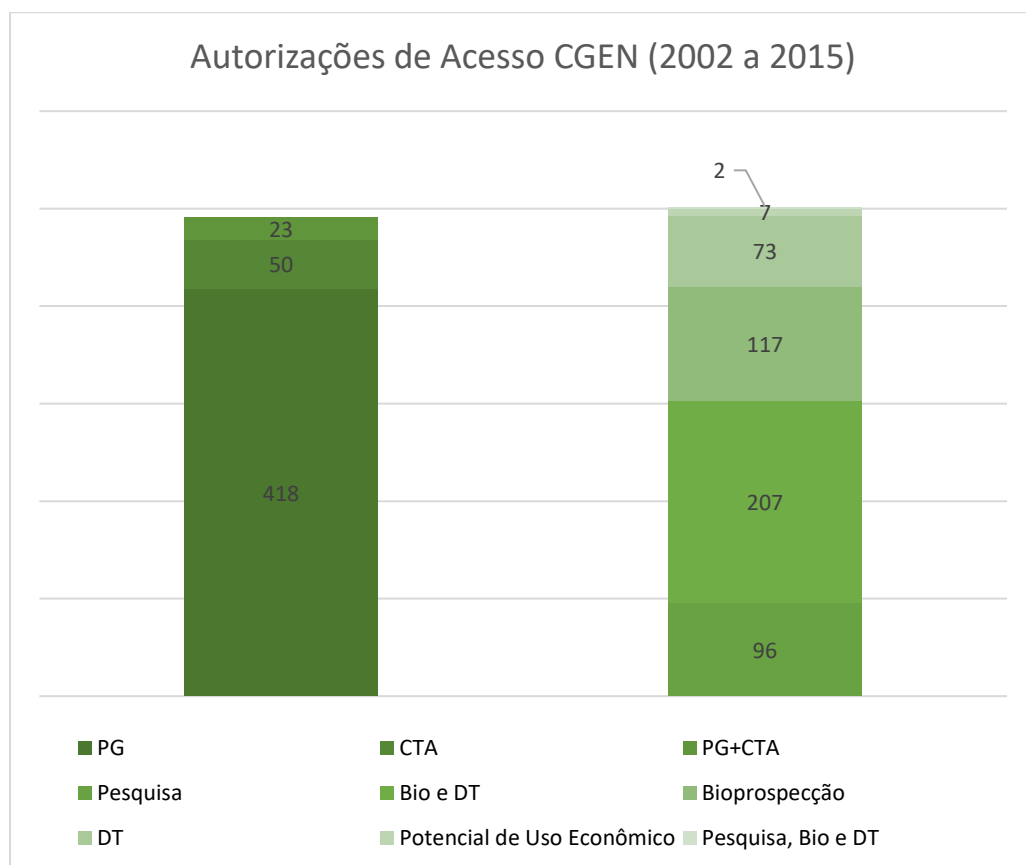
**Tabela 5.** Autorizações de acesso e/ou remessa de amostra de componente do PG e/ou acesso a CTA emitidos pelo CGEN; e credenciamentos de instituição pública nacional para ser fiel depositária de amostra de componente do patrimônio genético emitidos pelo CGEN ou SECEX/CGEN\*, conforme o caso, no período de 2002 a 2015\*\*

<b>Acesso e/ou Remessa ao PG e/ou a CTA</b>	<b>504</b>
<b>Autorização Simples de Acesso ao PG</b>	<b>302</b>
Pesquisa Científica	16
Bioprospecção	16
Desenvolvimento Tecnológico	71
Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico	195
Pesquisa Científica e Bioprospecção	1
Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico	1
Pesquisa Científica, Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico	2
<b>Autorização Especial de Acesso ao PG</b>	<b>129</b>
Coleção <i>ex situ</i> que visa atividades com potencial de uso econômico	7
Autorização Especial de acesso para pesquisa científica	1
Inclusão de projeto em portfólio de autorização especial de acesso para pesquisa científica	24
Autorização Especial de acesso para bioprospecção	6
Inclusão de projeto em portfólio de autorização especial de acesso para bioprospecção	91
<b>Autorização Simples de Acesso ao CTA</b>	<b>50</b>
Pesquisa Científica	43
Bioprospecção	1
Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico	6
<b>Autorização Simples de Acesso ao PG e ao CTA</b>	<b>23</b>
Pesquisa Científica	12
Bioprospecção	3
Desenvolvimento Tecnológico	2
Bioprospecção e Desenvolvimento Tecnológico	6
<b>Credenciamento de Instituições fiéis depositárias</b>	<b>116</b>
<b>Total Geral***</b>	<b>620</b>

\* Conforme a Deliberação do CGEN nº 209, de 19 de julho de 2007, o CGEN delegou competências à SECEX/CGEN para realizar o credenciamento de instituições fiéis depositárias de amostras do patrimônio genético, na forma do art. 11, inciso IV, alínea "f" da MP nº 2.186-16.

\*\* Os processos podem ser reclassificados ao longo da tramitação.

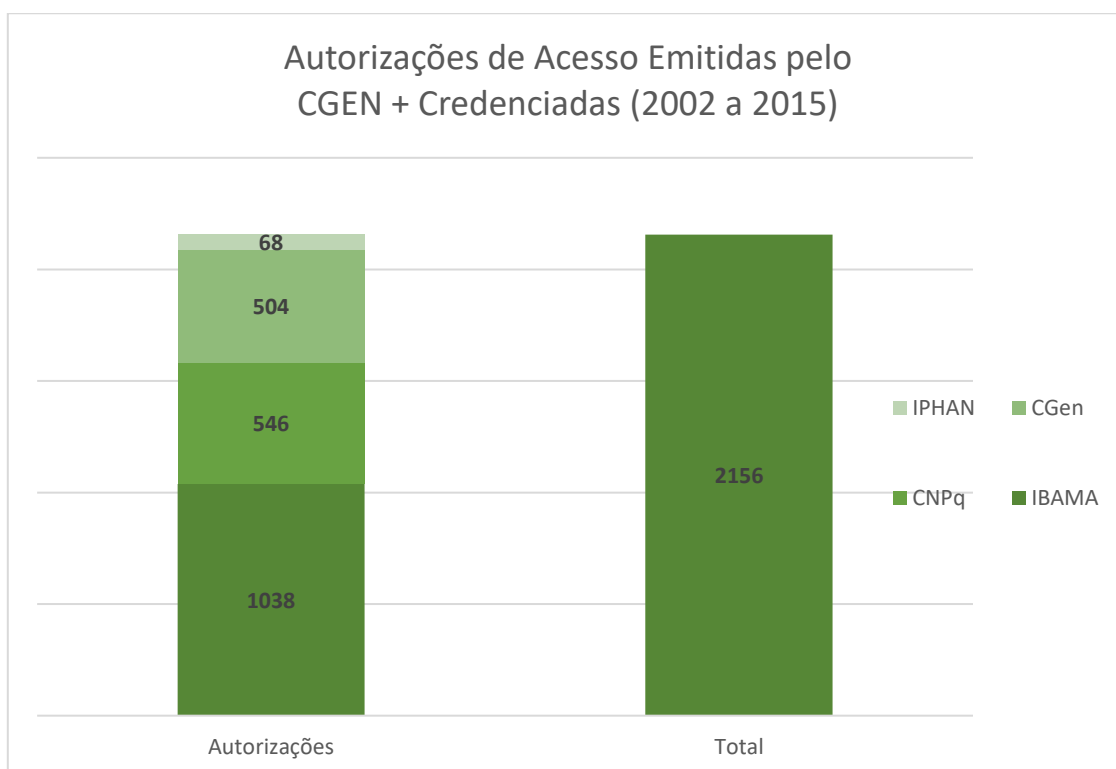
\*\* 60 processos corresponderam a renovações de autorização.



**Figura 6.** Autorizações de acesso ao PG e/ou ao CTA emitidas diretamente pelo CGEN em 2015. PG: Patrimônio Genético; CTA: Conhecimento Tradicional Associado; DT: Desenvolvimento Tecnológico; Bio: Bioprospecção.

## B. Credenciadas

Desde seu credenciamento pelo CGEN em 2003 até 16 de novembro de 2015, o IBAMA autorizou 1.038 solicitações de acesso ao patrimônio genético (Figura 7). O CNPq foi credenciado em 2009 e desde 2010 autorizou 546 solicitações de acesso a patrimônio genético. Já o IPHAN, credenciado em 2011, autorizou 68 solicitações de autorização de acesso ao conhecimento tradicional associado. No total, o CGEN e as instituições credenciadas emitiram 2.156 autorizações de acesso ao PG e/ou ao CTA.



**Figura 7.** Autorizações de acesso ao PG e/ou ao CTA emitidas pelo CGEN e pelas instituições credenciadas até 2015.

## 1.9. Emissão de Normas

As seguintes normas foram aprovadas pelo CGEN e publicadas no DOU em 2015:

- A. Resolução nº 42, de 19 de maio de 2015<sup>8</sup>:** Estabelece os procedimentos relativos ao exame e julgamento, em última instância recursal administrativa, das infrações contra o patrimônio genético e o conhecimento tradicional associado. Publicada no DOU em 19 de junho de 2015.
- B. Resolução nº 43, de 21 de julho de 2015:** Estabelece procedimentos para as solicitações de acesso, remessa e credenciamento a serem submetidas à deliberação do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético; revoga a Resolução nº 37, de 18 de outubro de 2011, e a Deliberação nº 209, de 27 de setembro de 2007; e dá outras providências.

<sup>8</sup> A Resolução CGEN nº 42, de 19 de maio de 2015, bem como os demais atos do CGen referentes ao período de vigência da MP nº 2.186-16, de 2001 podem ser encontrados no seguinte endereço eletrônico: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/bioeconomia/patrimonio-genetico/conselho-de-gestao-do-patrimonio-genetico-cgen-1/atividades-do-cgen-durante-a-vigencia-da-mp-no-2-186-16-2001/atos-e-normas-do-cgen>

Destaca-se que, após a publicação da Resolução CGEN nº 43, de 2015, foram revogadas a Resolução CGEN nº 37, de 2011, e a Deliberação CGEN nº 209, de 2007, de modo que todos os procedimentos ficaram disciplinados numa única norma.

Assim, com a redução das etapas necessárias, a redução dos prazos, e a impossibilidade de prorrogação destes para a apresentação de documentos e informações faltantes, foi privilegiada a análise dos requerimentos bem instruídos, resultando em um menor tempo de tramitação das solicitações.

## 1.10. Sumário das atividades das Câmaras Temáticas e dos Grupos de Trabalho

As Câmaras Temáticas e Grupos de Trabalho do CGEN constituem importante fórum de discussão para aprofundamento de questões técnicas e políticas acerca do acesso e da repartição de benefícios, tendo em vista as limitações à periodicidade mensal das reuniões Plenárias do Conselho.

Em 2015 houve apenas uma reunião de Câmara Temática, a 32ª Reunião da Câmara Temática de Conhecimento Tradicional Associado.

Houve também reuniões do Grupo de Trabalho sobre Recursos de Autos de Infração e do Grupo de Trabalho para Revisão da Resolução CGEN nº 37, de 18 de outubro de 2011, que culminaram na edição pelo Conselho, das Resoluções nº 42 e 43, respectivamente.

A menor quantidade de reuniões destes fóruns em relação ao ano anterior deve-se, principalmente, aos esforços de grande parte das instituições integrantes do CGEN para a discussão e aprovação do novo marco legal de acesso ao patrimônio genético, proteção e acesso aos conhecimentos tradicionais associados, e repartição de benefícios, a chamada “Lei da Biodiversidade” – Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015.

## 2 Demais Atividades do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN – e do Departamento do Patrimônio Genético – DPG

---

### 2.1. Atendimento a Consultas

Durante o ano de 2015, a Secretaria Executiva do CGEN recebeu 420 consultas via correspondência eletrônica para esclarecimentos de dúvidas a respeito da Medida Provisória nº 2.186-16/2001 e seus regulamentos, bem como sobre a nova “Lei da Biodiversidade” – Lei nº 13.123/2015, que entrou em vigor em 17 de novembro de 2015.

O total de consultas respondidas neste período foi de 318 (75,7% de eficiência). Considerando-se o total de respostas encaminhadas aos interessados, 27,3% foram enviadas em até 7 dias corridos a contar da data do recebimento da pergunta, sendo que 20,4% foram enviadas após 30 dias aos interessados, que é o prazo máximo para resposta estabelecido no artigo 11 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), quando a informação solicitada não estiver prontamente disponível.

## 3 CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

---

### 3.1. Oficinas de Diálogo sobre a “Lei da Biodiversidade”, Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015

O Departamento do Patrimônio Genético realizou sete oficinas regionais e uma oficial nacional, com o objetivo de aportar conteúdos técnicos sobre a nova legislação de acesso e repartição de benefícios para representantes de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, esclarecer dúvidas sobre a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, evidenciando espaços para a regulamentação da norma, e ouvir as opiniões destes representantes quanto à nova legislação.



Todos os representantes destas populações presentes às oficinas serão replicadores dos conhecimentos recebidos.

O calendário e conteúdo resumido das oficinas podem ser visualizados na Tabela 6.

**Tabela 6.** Calendário e conteúdo das Oficinas Regionais e Nacional sobre a Lei da Biodiversidade – Lei nº 13.123/2015 realizadas pelo DPG.

Nome	Conteúdo	Datas	Local	Participantes
Oficina Regional Norte 1	Diálogo sobre a Legislação de acesso ao patrimônio genético, proteção e acesso aos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético e repartição de benefícios, destacando-se a Lei da Biodiversidade – Lei nº 13.123/2015 e os espaços para regulamentação da norma	26 a 28 de agosto de 2015	Universidade Federal do Acre Rio Branco – AC	64
Oficina Regional Norte 2	Diálogo sobre a Legislação de acesso ao patrimônio genético, proteção e acesso aos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético e repartição de benefícios, destacando-se a Lei da Biodiversidade – Lei nº 13.123/2015 e os espaços para regulamentação da norma	02 a 04 de setembro de 2015	Centro Social Sagrada Família Ananindeua – PA	57
Oficina Regional Sudeste	Diálogo sobre a Legislação de acesso ao patrimônio genético, proteção e acesso aos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético e repartição de benefícios, destacando-se a Lei da Biodiversidade – Lei nº 13.123/2015 e os espaços para regulamentação da norma	09 a 11 de setembro de 2015	Shopping da Faculdade Santo Agostinho Montes Claros – MG	57
Oficina Regional Sul	Diálogo sobre a Legislação de acesso ao patrimônio genético, proteção e acesso aos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético e repartição de benefícios, destacando-se a Lei da Biodiversidade – Lei nº 13.123/2015 e os espaços para regulamentação da norma	16 a 18 de setembro de 2015	Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul Porto Alegre – RS	68

Oficina Regional Centro-Oeste	Diálogo sobre a Legislação de acesso ao patrimônio genético, proteção e acesso aos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético e repartição de benefícios, destacando-se a Lei da Biodiversidade – Lei nº 13.123/2015 e os espaços para regulamentação da norma	24 a 26 de setembro de 2015	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul  Campo Grande – MS	63
Oficina Regional Nordeste	Diálogo sobre a Legislação de acesso ao patrimônio genético, proteção e acesso aos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético e repartição de benefícios, destacando-se a Lei da Biodiversidade – Lei nº 13.123/2015 e os espaços para regulamentação da norma	13 a 15 de outubro de 2015	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA)  Itapua – BA	67
Oficina Nacional	Diálogo sobre a Legislação de acesso ao patrimônio genético, proteção e acesso aos conhecimentos tradicionais associados ao patrimônio genético e repartição de benefícios, destacando-se a Lei da Biodiversidade – Lei nº 13.123/2015 e os espaços para regulamentação da norma	19 a 21 de outubro de 2015	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA  Brasília – DF	80

### 3.2. Audiência Pública sobre a regulamentação da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015

Após a realização da Oficina Nacional, ocorreu uma Audiência Pública, com a participação de representantes da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério Público Federal, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, da Confederação Nacional da Indústria – CNI, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, e outras instituições, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, além de outros representantes da sociedade civil que expuseram seus pontos de vista sobre a nova legislação.

## 4. ORÇAMENTO

---

### 4.1. Orçamento.

O orçamento para o desenvolvimento das atividades do DPG durante o ano de 2015 foram previstos no Plano Orçamentário “PO 001 - Promoção de repartição de benefícios decorrentes do uso dos recursos genéticos e do conhecimento tradicional associado”, vinculado à Ação “20TS - Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira” do Plano Plurianual 2012-2015 – Plano Mais Brasil.

Foram gastos no ano de 2015, R\$ 683.188,00 (seiscentos e oitenta e três mil, cento e oitenta e oito reais) provenientes da Ação Finalística “Promoção da Repartição de Benefícios Decorrentes do Acesso e Uso dos Recursos Genéticos e do Conhecimento Tradicional Associado”.